

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

Aquecimento global: perspectivas e propostas



*1 José Sarney Filho, deputado federal.

Em minha exposição no seminário “Aquecimento Global: a responsabilidade do Poder Legislativo no estabelecimento *de práticas ambientais inovadoras*”, recentemente realizado no Congresso Nacional, iniciei minha reflexão a partir do próprio nome do evento. O que vêm a ser práticas ambientais inovadoras? Não consegui conter um primeiro pensamento de que o título trazia em si um quê de etéreo; de que em sua vagueza estava contido, na verdade, o engessamento do próprio poder de legislar do Congresso Nacional. Algo como: já que não podemos, o Poder Legislativo, fazer muita coisa contra o aquecimento global, falemos de algo mais generalizado, falemos de *práticas ambientais inovadoras*.

Percebi, então, a indispensável necessidade de abordar a situação crítica do Poder Legislativo, entendendo ser o momento propício, tanto pela proximidade do debate na Casa acerca da edição de medidas provisórias e da retomada da Reforma Política, como para a conscientização do público ali presente quanto às reais atribuições e à amplitude de poder do Congresso Nacional para decidir sobre o enfrentamento do aquecimento global.

Alguns teóricos entendem por governabilidade tão-somente o grau em que o Executivo consegue extrair do Legislativo as decisões de seu interesse. Outros, em perspectiva oposta, consideram a governabilidade democrática a capacidade conjunta das instituições, sendo, portanto, indispensável avaliar se o processo decisório mantém-se nos limites de um equilíbrio razoável entre o Legislativo, o Executivo, o sistema de partidos e os agentes externos relevantes.

A copiosa e relevante produção legislativa pós-1988 foi impulsionada pelo predomínio do Poder Executivo na conformação da agenda política nacional por meio dos recursos constitucionais a ele conferidos – sob certos aspectos até mais amplos que os atribuídos aos presidentes militares – e por sua tradicional capacidade de pressionar congressistas. A grande maioria das matérias relevantes apreciadas nesse período sequer alcançou um “efetivo estágio decisório legislativo”, pois sobre a maioria delas o Legislativo e os partidos não tiveram – e continuam a não ter – condição alguma de formular-lhes alternativas, e suas aprovações acabam se dando, digamos, “pela força das coisas”, devido ao caráter sempre imperativo de emergências e das agendas extra-parlamentares.

A Constituição de 1946 era mais favorável ao Congresso que a de 1988, em especial quanto ao orçamento. A concentração desse poder, levada a cabo pelo regime militar com base na Constituição de 1967, não foi revertida pelos constituintes civis de 1988. Aprovada pelo Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a elaboração do orçamento em si cabe ao Executivo. O orçamento resultante tem caráter meramente “autorizativo” e não impositivo, e a execução orçamentária permanece como peça-chave da atual centralização. O executivismo evidencia-se de maneira não menos flagrante na amplíssima faculdade de iniciar legislação e, em particular, nas chamadas medidas provisórias, figura constitucional que preservou, sob nova roupagem, os decretos-lei do período militar. O presidente é autorizado a editar as MPs com base em elásticos critérios de “relevância e urgência”, sob os quais já se “adequaram” a produção de fubá e a inclusão de Tiradentes no panteão dos heróis nacionais. A entrada em vigor das MPs é imediata, podendo o Congresso rejeitá-las somente se regular retroativamente as situações sobre as quais elas incidiram. Na realidade, a figura da MP conferiu ao presidente da República uma soma de poderes inaceitável numa democracia que se quer

equilibrada e moderna. Essas são reflexões não de minha autoria, mas de um dos mais argutos cientistas políticos brasileiros, Bolívar Lamounier.

Entendo essas considerações extremamente relevantes, pois não concebo o tratamento adequado do aquecimento global e das demais questões ambientais sem que se aborde, de forma enfática, a questão da democracia. Trata-se de direitos difusos, da apropriação privada de recursos e serviços ambientais que pertencem à coletividade e da conseqüente distribuição social de custos eminentemente privados. Se não tivermos como norte o aperfeiçoamento de nossa democracia, com a participação cada vez mais contundente da sociedade, muito pouco irá concretizar-se sobre o respeito à vida e a novas regras de convivência, prevalecendo as tradicionais forças do poder econômico, cegas às conseqüências que acarretam sobre a coletividade, o ambiente e a paz.

Por outro lado, não existe abordagem séria do aquecimento global sem que se fale de economia e de crescimento econômico, sem que se questione o vício reiterado de associar o combate à pobreza e a busca por equidade, necessariamente, ao crescimento econômico, especialmente a este modelo de crescimento a que estamos assistindo no Brasil e no Mundo.

Vamos aos números. Para começar, guardemos na memória que, só nos últimos dez anos, a economia mundial cresceu 45,6%. Busquemos o reflexo do crescimento econômico sobre o quadro social ainda antes, quando o neoliberalismo começava a tornar-se realidade. Em 1987, 28% da população mundial era constituída de miseráveis (os que vivem com menos de um dólar ao dia). Em 2001, eles caíram para 21% e, em 2004, para 19% da população mundial. Isso significa que, em 17 anos, 9% da população mundial conseguiu não mais ser miserável e foi alçada à condição de pobre (dos que vivem necessariamente com um dólar, mas que não chegam a dois dólares ao dia).



É comum que este tipo de número (um e dois dólares), tantas e tantas vezes repetido nos relatórios e na imprensa, chegue aos nossos ouvidos de forma automatizada e despido do conteúdo que ele, de fato, representa. Já pararam para pensar e calcular como vocês viveriam com essa irrisória quantia, se habitassem a periferia de grandes centros urbanos, ou como viveriam com o que essa quantia representa em termos de provisões, se habitassem as longínquas terras degradadas da África subsaariana? Esse cômputo e a visualização dessa situação é demasiado importante para que se possa construir, na mente, a dimensão do problema, quando quantificada “toda” a população que vive, no mundo, nessas condições, e o que isso significa em termos de sustentabilidade para a totalidade da vida no planeta.

Nas metrópoles, cuja periferia tem abrigado mais e mais este contingente de excluídos, dois dólares diários são, às vezes, suficientes para o transporte urbano e só. Dessa forma, se o indivíduo já se locomove diariamente, mesmo que não se alimente ou tenha uma habitação, ele não é mais considerado pobre, segundo o padrão do Banco Mundial, já que percebe dois dólares diários.

Para termos idéia do “avanço” alcançado, essas pessoas conseguem, depois que deixaram de ser miseráveis, com seu um dólar diário, ir da periferia ao centro da metrópole.

Porém não estamos falando da categoria “pobres”, mas sim de 9% da população que, em 17 anos, deixou de ser “miserável” e é, por este motivo, contabilizada como bom resultado do modelo de crescimento econômico vigente. Para termos idéia do “avanço” alcançado, essas pessoas conseguem, depois que deixaram de ser miseráveis, com seu um dólar diário, ir da periferia ao centro da metrópole. Terão, no entanto, de passar a noite por lá, pois o dólar para voltar só lhes será possível no dia seguinte. Lembremo-nos de que comida, moradia, remédios, nada disso pode contar nas despesas desses infelizes.

Para compor melhor o quadro de como o reflexo do crescimento econômico tem sido insignificante para a melhoria social, basta que observemos como anda a fome pelo mundo. O último relatório da ONU mostra que, em 2004, 27% das crianças com menos de cinco anos, em países pobres, estavam abaixo do peso. Em 1990 a taxa era de 33%. Verificamos, aqui, uma diminuição de 6 pontos percentuais no número de crianças subnutridas em 14 anos, o que mostra, de chofre, que a redução de 9 pontos percentuais dos miseráveis no mundo não significa que eles deixaram, em igual proporção, sequer de passar fome.

Busquemos aquele número de novo da memória. Nos últimos dez anos, a economia mundial cresceu 45,6%, expandiu-se a uma taxa média anual de 3,8%. A população do planeta cresceu, no período, a uma taxa próxima de 1,2% ao ano, segundo dados do Banco Mundial. O PIB *per capita*, que, na verdade, é uma grande ilusão e só serve para imaginar como seria diferente a realidade num ambiente distributivo, avançou 2,6% ao ano. Segundo os analistas econômicos, que vivem a anos-luz da realidade social do mundo, mantido esse ritmo, “a renda média da população mundial dobrará de tamanho em menos de trinta anos”. Assim como o PIB *per capita*, também esse “indicador” não oferece qualquer balizamento sobre a realidade social mundial.

O fato é que toda a riqueza produzida não se refletiu em diminuição da pobreza e da exclusão social. Se não houve esse reflexo, o que, então, tem acontecido?

Parece-me bastante acertada a análise recém-publicada em livro editado por Jomo Sundaram, secretário-geral adjunto da ONU para o Desenvolvimento Econômico, e Jacques Baudot, economista estudioso da globalização. Segundo eles, a globalização e a liberalização, como motores do crescimento econômico, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas. Demonstram os autores que a distribuição das receitas individuais melhorou levemente, graças ao crescimento econômico na China e Índia, mas, mesmo assim, a repartição da riqueza mundial piorou e os índices de pobreza mantiveram-se sem mudanças entre 1980 e 2000. Além disso, conforme os autores, a desigualdade na renda *per capita* aumentou em vários países da OCDE durante essas duas décadas, o que sugere que a desregulamentação dos mercados teve como resultado uma maior concentração do poder econômico. Demonstram também que a desigualdade aumentou na grande maioria dos países em desenvolvimento e que fazer crer que a redução da pobreza esteja vinculada, necessariamente, ao crescimento econômico conduz a estratégias nacionais e regionais que não respeitam o meio ambiente e, também por isso, fazem aumentar ainda mais a desigualdade e a pobreza. O estudo conclui ainda que só uma pequena porção do crescimento

da economia mundial contribuiu na redução da pobreza e que houve uma tremenda liberalização financeira e se pensava que o fluxo de capital iria dos países ricos aos pobres, mas ocorreu o contrário. Como exemplo, citam os autores que os EUA passaram a receber ainda mais investimentos dos países em desenvolvimento, tanto em bônus e obrigações do Tesouro como em outros setores.

São mais que suficientes as evidências de que reside no atual modelo produtivo não só a degradação ambiental ultimada pelo aquecimento global, mas a degradação social em todo o mundo. Por esse motivo, devemos, sim, superar este mito que é a intocabilidade do crescimento econômico, radiografá-lo e ajustar a economia à viabilidade ambiental e social.

Penso que precisamos construir um norte, antes de qualquer pragmatismo. Não acredito na transformação sem a utopia. Como seria, então, uma economia ajustada aos limites ambientais e servidora da sociedade? Imagino-a descentralizada, desconcentrada e equânime, porém numa sociedade altamente integrada. Imagino-a a partir de matrizes energéticas em que diferentes fontes renováveis, descentralizadas e autônomas, interconectem-se e alimentem uma enorme rede disponível a todos, como a proposta do Greenpeace. Utopia, aqui no sentido pejorativo, dirão muitos. Digo que utopia é seguir o atual modelo centralizador e concentrador de renda. Vamos ver no que ele vai dar?

Basta uma olhada nos cenários do IPCC² para o mundo, numa hipótese de não-mitigação das mudanças climáticas, para vermos a acentuação da atual tendência: os países desenvolvidos, para se tornarem limpos, atuam em duas frentes – desenvolvem inovações amigas da natureza e exportam grande parte de seus “problemas ambientais” para os países periféricos. É interessante notar como os cenários do IPCC, construídos para refletir um estado ambiental, refletem também, de forma inequívoca, o estado da distribuição de forças do sistema produtivo global. Na atualidade, maior emissão de gases por unidade do PIB significa produção suja, e maior emissão de gases *per capita* significa, infelizmente, desenvolvimento, pois este tem sido medido segundo a capacidade de consumo das populações, principalmente de energia.

Segundo o relatório, continuada a atual tendência, daqui para a frente, de dois terços a três quartos do aumento das emissões de CO₂ relacionadas com a energia serão provenientes das regiões não-Anexo I, ou seja, dos países ditos emergentes e dos outros não-desenvolvidos.

Com relação às emissões resultantes da produção de bens e serviços, as economias dos países do Anexo I, os desenvolvidos, farão um uso de energia bem mais baixo por unidade do PIB (6,2 a 9,9 MJ/US\$ PIB) do que as economias dos países emergentes (11,0 a 21,6 MJ/US\$ PIB). Serão bem mais eficientes, usarão metade da energia para produzir a mesma unidade de PIB, até 2030.

Já com relação às emissões resultantes do consumo, nos países emergentes e nos outros não-desenvolvidos, a média das emissões de CO₂ *per capita* relacionadas com a energia deve permanecer substantivamente mais baixa (2,8 a 5,1 tCO₂/cap) do que nas regiões do Anexo I, do mundo desenvolvido (9,6 a 15,1 tCO₂/cap), também até 2030.

Sejamos claros, a tendência detectada é que os países ricos desenvolverão economias de baixo consumo de energia, ou seja, uma produção limpa, deixando a produção suja aos países periféricos.



Sejamos claros: a tendência detectada é que os países ricos desenvolverão economias de baixo consumo de energia, ou seja, uma produção limpa, deixando a produção suja aos países periféricos. Estes, mesmo crescendo a altas taxas para dar conta de fazer seu papel de fábrica do mundo, não traduzirão isto em benefício de suas populações, que continuarão emitindo três vezes menos CO_2 *per capita* que suas congêneres nos países ricos. Vale dizer, continuarão, segundo os padrões atuais de consumo, que aqui se traduzem na capacidade de emissão de gases, estagnadas em seu desenvolvimento. Neste cenário, sem mitigação, haverá um aumento das emissões globais de gases de efeito estufa de até 90% entre 2000 e 2030. As emissões de CO_2 neste período, provenientes do uso de energia, devem aumentar de 45 a 110%.

Há ainda, no 4º Relatório, outros diferentes cenários de emissões para 2030 e 2100 que não envolvem iniciativas adicionais em relação ao clima, mas refletem simplesmente como estaria o mundo, em termos de emissões, se outras tendências, diferentes desta anteriormente relatada, predominassem. Nos melhores cenários, níveis menos altos de emissão seriam alcançados a partir da combinação das seguintes configurações demográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais:

- população que atinge o pico em meados do século e depois declina;
- crescimento econômico rápido, mas com rápida introdução de tecnologias novas e mais eficientes;
- redução substancial das diferenças regionais na renda *per capita*;
- convergência entre as regiões, com aumento das interações culturais e sociais;
- tudo isso numa matriz de fontes energéticas não-fósseis.

As emissões seriam ainda menores com:

- mudança rápida nas estruturas econômicas em direção a uma economia de serviços e informações;

- reduções da intensidade material e introdução de tecnologias limpas e eficientes em relação ao uso dos recursos;
- ênfase nas soluções globais para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, inclusive na melhoria da equidade.

Lembro que tais cenários não envolvem iniciativas adicionais em relação ao clima, o que significa que nenhum destes cenários adota explicitamente a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima ou as metas de redução de emissões do Protocolo de Kyoto.

Embora mostrem perfis de economia e sociedade menos emissores, estão longe de ser suficientes para reverter os níveis atuais de emissão e estabilizá-los em ao menos a metade dos níveis do ano 2000, condição necessária para que o aumento de temperatura fique entre 2 e 2,4 °C, o que já trará grandes impactos, considerando o que já estamos assistindo com o aumento de 0,6 °C. Para atingirmos este nível de estabilização, entre 445 e 490 partes por milhão na concentração de CO₂ equivalente, teríamos de alcançar o pico das emissões entre 2000 e 2015 e, em 2050, reduzi-las de 50% a 85% do nível das emissões de 2000.

Este cenário de estabilização é o melhor que poderia ser alcançado. Para tanto, grande esforço de mitigação precisaria ser feito, além de ser necessário que a economia mundial tome o rumo dos melhores cenários acima relatados, com equidade e com reduções da intensidade material e a introdução de tecnologias limpas e eficientes em relação ao uso dos recursos. Importante lembrar que, para a maioria dos cenários avaliados, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa ocorrerá somente entre 2100 e 2150.

Se todo um esforço de mitigação precisaria ser feito para que convivêssemos ainda por muito tempo com temperaturas até 2,4 °C maiores, pergunto-me se não estão em pleno delírio empresários, dirigentes governamentais e políticos que se posicionam pela resistência à adoção de medidas urgentes de mitigação do aquecimento global.

Depois de perceber a gravidade da situação, aqui resumida do cerne do relatório do IPCC, dei-me conta de que ou se realiza aquela sociedade humana que, por muito tempo, foi e ainda é considerada a grande utopia, ou a derrocada e a barbárie serão inevitáveis. E, como diz Jared Diamond em seu excelente livro *Colapso*, não adianta aos privilegiados encerrarem-se em altos muros, pois isso adiará em muito pouco tempo também o seu fim.

A situação é ainda mais grave porque, alertam os cientistas, a retroalimentação entre o ciclo do carbono e a mudança do clima afeta a chegada a um determinado nível de estabilização



da concentração atmosférica de dióxido de carbono. Isso porque quanto maior a temperatura média da Terra, mais difícil a absorção de carbono pela vegetação e principalmente pelo fitoplâncton dos oceanos. Como a retroalimentação não pôde ser contabilizada, as reduções de emissões necessárias para que se atinja um determinado nível de estabilização, relatado nos estudos de mitigação avaliados aqui, podem estar, na verdade, subestimadas.

Todos estes dados e projeções podem ser lidos no tão famoso 4º Relatório do IPCC. Por este motivo, tenho pedido aos meus colegas parlamentares, aos dirigentes governamentais e aos dirigentes das classes produtivas que o leiam. Afinal ele tem o sugestivo título de Sumário para os Formuladores de Políticas.

A partir deste meu estado de ânimo, o leitor diria, com razão, que as perspectivas, do meu ponto de vista, só podem ser sombrias. No entanto, vou afirmar que não. E não vou fazê-lo porque considero que a consciência virá a galope aos formuladores de políticas. Afirmando que vejo boas perspectivas porque vejo a sociedade movimentar-se com tal qualidade e vejo, nessa movimentação, tamanho poder transformador que os formuladores de políticas levarão um susto a cada dia, daqui em diante, e precisarão correr atrás do desenho que a própria sociedade lhes fará do futuro.

Recentes pesquisas da Rede de TV BBC e da Universidade de Oxford mostram alta informação e entendimento sobre o aquecimento global por parte da população brasileira. Pesquisa do IBOPE³ mostra ainda que 63% dos entrevistados estariam dispostos a comprometer metas de crescimento e geração de renda e emprego, caso a política econômica de Lula viesse a afetar o meio ambiente. Os que recebem entre um e dez salários mínimos são os que estão mais preocupados com esses impactos. O crescimento a qualquer preço tem o apoio de 24% dos entrevistados. Há uma evidente preocupação da sociedade e uma disposição latente para alterar hábitos e colaborar. São cada vez mais freqüentes os depoimentos, na mídia, de pessoas que optam por modos de vida mais simples, menos consumistas e, portanto, menos estressantes e mais felizes.

O poder que a sociedade tem, por meio do consumo consciente, sobre o setor produtivo ainda não foi avaliado adequadamente por nossos empresários e governantes. Uma recente publicação, intitulada *A cauda longa*, o primeiro estudo de vulto sobre o perfil de compra

Importante lembrar que, para a maioria dos cenários avaliados, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa ocorrerá somente entre 2100 e 2150.

pela rede de computadores, mostra a migração do mercado de massa para o mercado de nicho e radiografa, com muita precisão, a crescente independência do consumidor das estratégias de *marketing* convencionais e o aumento de sua influência sobre a produção. Mostra ainda que a descentralização do processo produtivo, a partir da disponibilidade tecnológica de se poder fazer praticamente em casa vários itens hoje produzidos em fábricas, será, num futuro bem próximo, uma realidade, como hoje já ocorre com a produção de CDs, DVDs e livros.

Se pesquisarmos um pouco, veremos que são muitas as evidências de que aquela economia descentralizada, desconcentrada e equânime, numa sociedade altamente integrada, em que matrizes energéticas, com diferentes fontes renováveis, descentralizadas e autônomas estarão interconectadas, tem uma potencialidade enorme para acontecer. Na Alemanha e

Mais de vinte estados americanos passaram a exigir que as indústrias fornecedoras de serviços públicos obtenham uma porcentagem fixa da sua energia de fontes renováveis.

na Califórnia, pessoas já vendem a energia que sobra de sua captação solar para alimentar o sistema.

Não basta, no entanto, que deixemos ao sabor dos ventos a construção desse futuro. Como disse no início, não creio em solução para o aquecimento global que não conte com o aperfeiçoamento da democracia, e tal aperfeiçoamento depende, necessariamente, da

continuidade, cada vez maior e mais contundente, do posicionamento da sociedade.

Inspirado nessas perspectivas é que falo agora das propostas para o Poder Legislativo, afirmando que qualquer prática ambiental inovadora somente terá efeito se redirecionarmos nossa trajetória de crescimento. Há como crescer de outro modo? O Estado pode ser orientador de um novo modelo?

Entendo que sim, que o governo pode intervir para a criação e o aprimoramento de mercados por meio de instrumentos como compras governamentais e mesmo pela tributação estrategicamente dirigida. Uma elevação nos preços do recurso ameaçado haverá de estimular a inovação tecnológica para sua substituição. No campo da energia, isso vem acontecendo e, onde acontece, o que se vê é uma explosão de atividade empresarial, amparada pela pesquisa, com resultados impressionantes. A Alemanha foi pioneira nessa estratégia, e agora outros países, regiões, estados como a Califórnia e mesmo cidades, isoladamente, estão assim procedendo e conseguindo enorme eficiência energética e diminuição significativa de suas emissões.

Mais de vinte estados americanos passaram a exigir que as indústrias fornecedoras de serviços públicos obtenham uma porcentagem fixa da sua energia de fontes renováveis. O setor privado está respondendo com euforia, acelerando a construção de instalações eólicas, painéis solares e usinas de produção de etanol. Muitos dos mesmos investidores que financiaram as promissoras empresas da Internet, com sede na Califórnia, na década passada, estão agora financiando os promissores projetos californianos de energia alternativa. “Existe um grande *boom* nos setores de energia alternativa renovável e novas tecnologias, e isso não estaria ocorrendo se não fosse pela mistura de incentivos, regulamentações, subsídios e outros ingredientes do gênero”, explica Daniel Yergin, presidente da Cambridge Energy Research Associates.

Na contramão da história, seguimos, bovinos, nosso crescimento conservador.

Em meu pronunciamento no dia mundial do meio ambiente, fiz uma proposta ao Parlamento e vou aqui repeti-la. Estivemos, desde o início da nova legislatura, trabalhando incessantemente para a pouco discutida e celeremente aprovada Aceleração do Crescimento. Simultaneamente, e posso dar este testemunho, como coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, estivemos ocupados em tentar entender e medir os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas sobre nosso país.

Ocorre que o crescimento da economia brasileira em moldes tradicionais está sendo impulsionado por setores intensivos em energia, altamente emissores de carbono e fortemente consumidores de recursos naturais, quando não seus meros extratores. São líderes os setores de mineração, siderurgia, metalurgia e petroquímica, além do agronegócio, cujo avanço sobre matas nativas tem em muito contribuído para o



nosso 4º lugar em emissões, pelo desmatamento. Consta-se que a grande maioria dos investimentos do PAC servirá a estes setores econômicos de uso intensivo de energia e de grande impacto ambiental, impedindo, cada vez mais, a valorização dos serviços ambientais de que ainda dispomos para melhor enfrentar as mudanças climáticas.

Diante desse quadro, proponho ao Congresso Nacional que nosso próximo esforço seja para um novo PAC, um Programa de Adaptação do Crescimento. Para tanto, sugiro uma próxima etapa de debate no Congresso para a construção de um ambiente propício à negociação de metas de redução de emissões com cada um dos setores de nossa economia. Além das iniciativas na macroeconomia de que já falei, aqui vão algumas propostas por setores, balizadas pelas indicações e evidências do próprio IPCC.

Na política energética, entendo que as energias renováveis devem deixar de ser alternativas, passando a fazer parte, de fato, de nossas opções. O relatório do IPCC e o último relatório da ONU, apresentado em Viena, dão conta de que, inicialmente, é mais barato investir na melhoria da eficiência energética no uso final do que em aumentar a oferta de energia para atender a demanda. Os co-benefícios de uma política energética de melhoria da eficiência e de redução das emissões envolvem, com frequência, segundo o relatório, a redução da poluição do ar, a melhoria da balança comercial e da segurança energética, o fornecimento de serviços modernos de energia nas áreas rurais e a geração de empregos.

Na política agrícola, como diz o relatório do IPCC, uma grande parcela potencial de mitigação da agricultura, além da bioenergia, decorre do seqüestro de carbono pelo solo, o qual tem muitas sinergias com a agricultura sustentável e geralmente reduz a vulnerabilidade à mudança do clima. Um potencial de mitigação considerável também existe nas reduções das emissões de metano e óxido nitroso em alguns sistemas agrícolas e pecuários.

Plantio direto, padrões mínimos de eficiência para a irrigação, regulamentação para o registro dos insumos da agricultura orgânica e zoneamento das áreas para o plantio da cana e de oleaginosas para a bioenergia são alguns dos pontos a serem negociados, além, obviamente, da redução drástica do desmatamento. Sobre metas de redução do desmatamento, gostaria de ressaltar o apoio à proposta de algumas das maiores organizações ambientalistas do país para acabar, num prazo de sete anos, com qualquer desmatamento na Amazônia. A idéia consiste no cumprimento de metas federais e estaduais ano a ano, envolvendo a repartição de benefícios financeiros ganhos pelo poder público, com os proprietários rurais e o setor empresarial, por meio do pagamento por serviços ambientais da floresta.

Para a construção civil, em amplo crescimento, padrões de sustentabilidade ambiental, conservação da água e eficiência energética devem ser negociados.

Para a construção civil, em amplo crescimento, padrões de sustentabilidade ambiental, conservação da água e eficiência energética devem ser negociados.



Quanto ao setor industrial, o potencial para a redução das emissões está localizado predominantemente nas indústrias que fazem uso intensivo de energia. Como diz o relatório do IPCC, o uso pleno das opções de mitigação já disponíveis no mercado não está sendo feito nem nas nações industrializadas nem nas em desenvolvimento. A modernização das grandes indústrias pode promover reduções significativas de emissões. Quanto às empresas de pequeno e médio portes, a baixa taxa de giro do capital social, a falta de recursos financeiros e técnicos e as limitações na capacidade de acesso a informações tecnológicas são barreiras importantes ao uso pleno das opções de mitigação já disponíveis e precisam ser discutidas.

Há múltiplas opções de mitigação no setor de transporte, segundo o relatório, mas o efeito delas pode ser anulado pelo crescimento do setor. Não se espera, portanto, que as forças de mercado sozinhas, entre elas o aumento dos custos dos combustíveis, promovam reduções significativas de emissões. Mudanças do transporte rodoviário para o ferroviário e fluvial e do transporte de passageiros de baixa capacidade para alta capacidade, bem como o uso da terra, planejamento urbano e transporte não-motorizado oferecem maiores oportunidades de mitigação dos gases de efeito estufa, diz o relatório.

Com respeito à macroeconomia, e para cada um desses setores, temos, no Congresso, já em tramitação, proposições que devem ser amalhadas para uma discussão conjunta. Como não nos cabe, constitucionalmente, a real proposição de um Programa de Adaptação do Crescimento, como há pouco falei, pois programas de governo devem ter origem no Executivo, proponho que comecemos a construir um Pacote de Adaptação do Crescimento – um conjunto de medidas legislativas e de fiscalização e controle que coloque o Congresso Nacional, de fato, no caminho da mitigação do aquecimento global e da adaptação às mudanças climáticas. Para tanto, lembro que medidas que fortaleçam a democracia e dêem real poder legislativo a este Parlamento são muito relevantes para o alcance dos objetivos que propus. Assim, uma reforma política que aproxime a sociedade da tomada de decisões e que lhe proporcione ver de fato realizada a vontade que depositou nas urnas é fundamental. Também a contenção e o disciplinamento da edição das medidas provisórias serão fundamentais para que tenhamos tempo para a reflexão, o debate e uma verdadeira participação no combate ao aquecimento global.

Reforço, para concluir, que, diante da realidade das mudanças climáticas, precisamos, com sabedoria, redirecionar nosso crescimento econômico, tendo em vista construir um Brasil responsável, que conserva seus recursos e que promove, de fato, o desenvolvimento humano de seus cidadãos.

Notas

¹ Baseado em minha participação no seminário internacional “Aquecimento Global: a responsabilidade do Poder Legislativo no estabelecimento de práticas ambientais inovadoras”. Mesa 6 – Tema: Necessidade de Aprimoramento da Legislação Nacional. Subtema 2: Perspectivas e Propostas.

² Painel Intergovernamental para o Clima da ONU.

³ De março de 2007.